

_____. *Natural Right and History*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971 (1953). Tradução portuguesa de Miguel Morgado: *Direito natural e história*. Lisboa: Edições 70, 2009. Tradução para o português Brasileiro de Bruno Costa Simões: *Direito Natural e História*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

_____. On the Interpretation of Genesis. In: *L'homme*, tomo 21, n. 1 (1981), pp. 5-20.

_____. *Persecution and The Art of Writing*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988 (1952).

_____. *Philosophy and Law: Contributions to the Understanding of Maimonides and His Predecessors*. Trad. Eve Adler. Albany: University of New York Press, 1995.

_____. *Studies in Platonic Political Philosophy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

_____. *The City and Man*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992 (1964).

_____. *What is Political Philosophy? And Other Studies*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988 (1959).

ZUCKERT, Michel & Catherine. Leo Strauss et le Problème de la Philosophie Politique. In: COPPENS, François; JANSSENS, David; YOMTOV, Yuri. *Leo Strauss – À quoi sert la Philosophie Politique?* Paris: Presses Universitaires de France, 2014, p 15. (Débates Philosophiques – Collection dirigée par Yves Charles Zarka).



CONFLITOS POLÍTICOS E GRANDEZA REPUBLICANA SEGUNDO UM ENFOQUE DE MAQUIAVEL À REPÚBLICA DE ROMA

João Aparecido Gonçalves Pereira¹

RESUMO

A compreensão da ideia de liberdade republicana elaborada por Maquiavel pressupõe uma análise das dissensões dos humores, isto é, da oposição dos desejos que mobilizam os homens na obtenção de objetivos diversos. Para o secretário florentino, tais dissensões estão na base estruturante da vida política, a qual não se restringe a um exercício dialógico da razão feito em meio a uma praça pública, mas nasce e se desenvolve no embate de polos contrários que precisam ser bem gerenciados. Em sua obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Maquiavel faz entrever que a divisão social é consubstancial à boa república e é sobre a tramitação adequada dessa divisão que se assenta a liberdade política e a expansão territorial. Este artigo examina a maneira perspicaz e original com que Maquiavel abordou essa relação paradoxal entre conflitos, liberdade e expansão territorial, mostrando em que medida, para este autor, tais conflitos podem ser úteis a uma república e se todos eles podem ser considerados positivos.

Palavras-chave: Grandeza Política; Liberdade Civil; Expansionismo; Tumultos.

POLITICAL CONFLICTS AND REPUBLICAN GREATNESS ACCORDING TO A MACHIAVELLI'S APPROACH TO THE ROMAN REPUBLIC

ABSTRACT

The comprehension of the idea of republican liberty drafted by Machiavelli presupposes an analysis of the theory of humors, that is, the opposition of desires that mobilize men in acquiring several goals. According to the Florentine secretary, such dissensions are in the basis of political life, that is not restricted to a dialogic exercise of reason made a public square, but is born and develops in the clash of opposing poles that need to be well managed. In his work *Discourses about the first decade of Livy*, Machiavelli perceives that social division is

¹ Mestrando em filosofia pela Universidade Federal de Goiás

consubstantial with the good republic and it is on the proper conduction of this division that lays the political freedom and the territorial expansion. This article examines the insightful and original way Machiavelli approached this paradoxical relationship among conflicts, freedom and territorial expansion, showing to what extent, for this author, such conflicts can be useful to a republic and all of them can be considered positive.

Keywords: Political Greatness; Civil Liberty; Expansionism; Riots.

A noção de grandeza política, que é bastante utilizada no pensamento de Maquiavel, foi a principal característica que ensejou o autor florentino a eleger Roma² como um modelo de república. De acordo com este autor, no caso exemplar de Roma, assim como em outros, a grandeza republicana se assentava nos ordenamentos que regulavam as dissensões dos humores políticos, o que gerava desdobramentos no tocante a questões como a liberdade civil, a manutenção do poder local e a capacidade de expansão dos limites do território quando conveniente. Diante disso, este artigo visa analisar alguns pontos do pensamento de Maquiavel no que diz respeito à influência dos conflitos políticos³ dentro de uma república, com o propósito de entender a relação que existe entre eles e as questões mencionadas. Para examinar tal problemática, este artigo está organizado em duas partes interligadas.

A primeira parte é desenvolvida com o objetivo de examinar se os tumultos podem ou não viabilizar a liberdade republicana e, em caso afirmativo, em que medida isso é possível. Para isso, são analisados alguns excertos dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* nos quais Maquiavel assevera que, a partir das situações de tumultos que surgem no âmbito coletivo, e que muitos condenam, podem nascer a grandeza e a liberdade de uma república. Também

²Todas as vezes que este termo é utilizado neste artigo é referente a Roma antiga.

³As expressões “conflitos políticos”, “dissensões de humores” e “tumultos” são utilizadas como sinônimas neste artigo, significando o embate entre os desejos opostos dos homens que marcam um corpo político.

são analisados outros excertos dessa mesma obra e da *História de Florença* referente às alusões negativas que o autor faz sobre os conflitos políticos. Ou seja, em que medida os conflitos podem resultar na ruína de uma república?

A segunda parte é desenvolvida com o escopo de investigar a possibilidade de os tumultos contribuírem com a expansão territorial de uma república, de modo a constituir a sua grandeza. Para examinar essa questão, é feita uma análise da abordagem de Maquiavel acerca dos dois objetivos para quem quiser fundar uma nova república, sendo que um é ilustrado como o modelo de Roma e outro com o de Esparta e Veneza.

Conflitos políticos e liberdade civil: convergência ou divergência?

A compreensão da liberdade republicana promovida por Maquiavel pressupõe uma análise de sua teoria dos humores, isto é, da oposição dos desejos que mobilizam os homens para a obtenção de objetivos diversos. N’O *Príncipe*, o autor afirma que:

Em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses dois apetites diferentes, nascem um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença (MAQUIAVEL 2001, p. 43).

Nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Maquiavel revela que é sobre a tramitação adequada dessa divisão social que se pode atingir a liberdade republicana. Ele exemplifica essa ideia abordando o caso de Roma, em que a

desunião entre os grandes e o povo, na perspectiva do autor, produziu mais consequências boas para a liberdade do que prejuízos⁴:

Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a grita que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes; e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma; porque dos Tarquínios aos Gracos, durante mais de trezentos anos, os tumultos de Roma raras vezes redundaram em exílio e raríssimas vezes em sangue. Portanto, não se pode dizer que tais tumultos sejam nocivos, nem que tal república fosse dividida, se em tanto tempo, em razão de suas diferenças, não mandou para o exílio mais de oito ou dez cidadãos, matou pouquíssimos e não condenou muitos ao pagamento de multas. E não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*; porque os bons costumes nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e as boas leis dos tumultos que muitos condenam sem ponderar (MAQUIAVEL, 2007a, p. 21-22)⁵.

Para o autor, era lamentável o fato de muitos perceberem nos conflitos políticos apenas os aspectos desagradáveis que apareciam de imediato, tais como as arruaças, as gritarias, a bagunça, etc. Pois ele, Maquiavel, analisava as dissensões dos humores para além das aparências, percebendo que na substância de tais eventos estavam os dois humores distintos e opostos que se confrontam no âmbito políticopodem causar a liberdade republicana⁶. McCormick, ao

⁴ Claude Lefort, comentando esse assunto, nos chama a atenção para que: “Não percamos de vista a intenção de Maquiavel (...). Teima ele, ao mesmo tempo, em destruir uma representação de Roma, elaborada um século antes pelos humanistas florentinos e põe em evidência, contra a tradição estabelecida, a virtude da *desunione*, isto é, o papel do conflito civil como motor de um Estado livre e poderoso” (1990, p. 151).

⁵ *Discursos*, Primeira Parte, capítulo IV

⁶ De um lado, o desejo dos grandes de governar e oprimir, e, do outro lado, o desejo do povo de não ser governado nem oprimido. Tais desejos, sobretudo em uma república, não podem ser ignorados ou suprimidos, mas devem ser bem acolhidos e administrados, ganhando espaço e meios adequados para se manifestar.

comentar as vantagens da discórdia social conforme o pensamento maquiaveliano, afirma que:

A combinação de ampla participação do povo na vida política romana, por um lado, e a necessidade dos nobres de dominá-lo, por outro, resultou necessariamente em discórdia de classes e tumulto social. Segundo Maquiavel, essa tensão foi a causa principal da grandeza de Roma: a rivalidade entre as classes resultou na ativa preservação da liberdade internamente e na expansão territorial para o exterior. Na verdade, ele concede que a perícia militar e a boa sorte contribuíram para o sucesso sem precedentes, e ainda não superado, de Roma. Mas atribui esses fatores a própria ordem de Roma, que era “quase selvagem” (2013, p. 264).

Ora, se para Maquiavel os conflitos políticos constituem a base estruturante da vida política, é pertinente entendermos em que medida tais conflitos podem convergir para a construção e para a manutenção da liberdade republicana.

Condições de convergência dos conflitos políticos à liberdade civil

As alusões positivas que Maquiavel fez acerca das dissensões dos humores entre os romanos revelam três condições que, segundo o autor florentino, são elementares para que os humores opostos contribuam com a construção da liberdade civil e a grandeza de uma república: a limitação recíproca dos excessos dos humores, a existência de bons ordenamentos para que esses humores se expressem de forma adequada, e a *virtù* do cidadão.

A limitação do humor contrário

De acordo com o pensamento maquiaveliano, não existe bondade ou maldade natural em nenhum dos dois humores que direcionam a vida política. Ambos podem ser tanto benéficos quanto nocivos a um corpo político, dependendo de como são administrados. Como afirma Newton Bignotto:

A divisão do corpo político estrutura a vida a vida política, mas não é determinada pela natureza dos homens. Por isso, não há lugar em Maquiavel para falar de um povo bom e de governantes maus. Essas categorias não se aplicam para a compreensão da arena política. Se muitas vezes o elemento popular se mostra mais confiável, como ele afirma várias vezes nos *Discursos*, isso se deve menos à sua bondade natural e mais à forma como seu desejo de conservação se manifesta na cidade (2008, p. 94).

Sendo assim, se o humor dos grandes – desejo de governar – for satisfeito plenamente, tem-se por efeito a opressão, a tirania. Por outro lado, o povo, apesar de ser considerado por Maquiavel o melhor guardião da liberdade, caso consiga satisfazer plenamente o seu humor, tem-se por efeito a licença, ausência absoluta de governo. Para o professor José Luiz Ames, a licenciosidade propicia o surgimento de aventureiros dispostos a instaurar uma tirania.

Por isso, a existência e a manifestação pública dos conflitos dos humores contribuem efetivamente com a construção da liberdade civil na medida em que cada um dos humores em questão freia o seu oposto e, assim, contém os seus excessos. Tanto o desejo do povo quanto o dos grandes só são compatíveis com a liberdade republicana se forem impedidos de sua realização plena pelo humor contrário.

Maquiavel nos mostra que, no caso exemplar de Roma, os grandes, cujo desejo coincidia com o exercício exclusivo do poder, ao defenderem seus interesses, procuravam por todos os meios impedir o povo de estabelecer a liberdade de forma absoluta, como ausência de qualquer governo. Também em Roma, o povo, cujo desejo era não ser dominado, se esforçava como podia para

evitar que os grandes exercessem uma dominação absoluta e despótica. Nas ocasiões em que os grandes buscavam dar vazão a seu anseio de oprimir o povo, este sempre respondia com atos que forçavam o governo a lhe conceder algo para satisfazê-lo, assim como ocorreu na rebelião que levou à criação dos tribunos da plebe. Tribunos que, para o autor florentino, foram de grande auxílio para a república romana, ao darem ao povo a sua parte na administração pública, bem como por terem constituído bons guardiões para a liberdade frente ao anseio insaciável dos grandes por dominação. Neste contexto, mencionamos o professor Ames: “A liberdade republicana, da qual o povo é melhor guardião, somente é possível enquanto nem o povo nem os grandes imperam de forma absoluta” (2010, p. 55). Isto é, os conflitos políticos asseguram a liberdade na medida em que forem capazes de impedir que os grandes e/ou o povo realizem plenamente os seus humores.

Embora seja possível verificar, no pensamento de Maquiavel, que o primado da liberdade republicana se assenta mais no desejo do povo de não ser dominado, do que no desejo de dominação dos grandes, também se pode observar nos *Discursos* que o autor é contrário à manifestação exclusiva do humor de uma das partes que compõem a estrutura social da república. Nas situações em que prevalecem interesses parciais sobre o bem comum⁷ do corpo

⁷ No capítulo II do livro II dos *Discursos*, Maquiavel usa a expressão “bem comum” como algo que só pode ser alcançado numa república, e que beneficia a todos de um modo geral, ainda que cause algum dano “a um ou outro homem privado”. No entanto, o nosso autor não apresenta uma definição do que seja o bem comum; parece que ele presumia que isso era algo já compreendido por todos. Para o professor Helton Adverse, o bem comum, na perspectiva maquiaveliana, não um meio que é desejado em vista dos fins privados, mas ele possui uma substância em si mesmo. E o conteúdo que o constitui “são as instituições, são as leis, é o próprio espaço político em que os homens agem” (ADVERSE, 2007, p. 48). Sendo assim, a ideia de bem comum que perpassa este trabalho está relacionada com o espaço institucional que garante a convivência agonística dos homens, ou seja, são as condições que garantem a ação política dos homens a partir das dissensões dos humores.

político, logo pode surgir a ruína dele. Na dinâmica conflituosa dos interesses, não é positivo que um dos lados, ainda que seja o do povo, destrua o outro. Porém, a existência e a convivência política das partes conflitantes são essenciais para a manutenção da liberdade e a conservação do corpo político. Para que isso aconteça, é preciso buscar equilíbrios, ainda que transitórios, entre as demandas dos grupos participantes nos confrontos dos humores.

A manifestação dos conflitos por vias ordinárias e institucionais

Quando Maquiavel enuncia que é dos tumultos que pode nascer a liberdade civil, ele não faz um elogio aos conflitos enquanto tais, e sim ao modo como eles são regulados. Segundo o autor, o fato de em Roma os tumultos terem sido mais positivos do que nocivos à liberdade se justifica na *virtù* dos cidadãos e também nos bons ordenamentos e instituições que esta república possuía para gerenciá-los. Na república romana, por muito tempo as dissensões dos humores eram extravasadas por vias ordinárias, ou seja, de forma pública e institucional. Além de serem extravasadas adequadamente, as dissensões dos humores também produziam novos ordenamentos e novas leis, como foi o caso dos tribunos da plebe⁸. Neste contexto, ao comparar Roma com Florença, Maquiavel afirmava que naquela os conflitos se resolviam debatendo e nesta, combatendo. Uma ordenação muito usual em Roma para o desafogo dos conflitos era a acusação, a qual consistia no espaço para denunciar publicamente, perante o povo, magistrado ou conselho, e com comprovações verdadeiras, todo cidadão que pecasse de algum modo contra o estado livre. De acordo com o florentino, essa ordenação tinha dois efeitos utilíssimos para uma república. O primeiro era o exemplar, ou seja, os cidadãos, por medo de serem acusados, dificilmente

⁸ Exemplo mencionado anteriormente.

intentavam contra o Estado e, quando o faziam, logo eram reprimidos. O outro era o de permitir o desafogo dos humores que de algum modo cresciam na cidade contra algum cidadão.

Quando os conflitos entre os cidadãos não são resolvidos de forma ordinária, recorre-se às formas extraordinárias, o que acarreta a ruína de toda república. Por isso, afirma o florentino:

nada há que torne mais estável e firme uma república do que ordená-la de tal modo que a alteração dos humores que a agitam encontre via de desafogo ordenada pelas leis. (...) se um cidadão é punido ordinariamente, ainda que de modo injusto, segue-se pouca ou nenhuma desordem na república; pois a execução não é feita com forças privadas e forças estrangeiras, que são as que arruinam a vida livre, mas sim com forças e ordens públicas (...) não se ultrapassando o limite além do qual se arruína a república (MAQUIAVEL 2007a, p. 33-34).

Neste sentido, Maquiavel mostra que Roma foi tão bem ordenada que, apesar de tantas dissensões entre o senado e a plebe, nunca o senado, a plebe ou qualquer cidadão particular tentou valer-se de forças externas. Porque tendo o remédio em casa, não precisavam buscá-lo fora. Por isso, naquela república, pelo fato de terem sido bem administrados, durante um longo período de tempo os conflitos foram convergentes com a liberdade. Em contrapartida, estes mesmos conflitos, na medida em que não foram mais bem administrados, tornaram-se divergentes com a vida livre.

Condições em que os conflitos políticos são divergentes da liberdade

Maquiavel reconhece nos *Discursos* que todas as coisas deste mundo têm um final e que as coisas humanas estão sempre em movimento, subindo ou descendo. De modo que nem as leis, nem os bons ordenamentos podem colocar

um freio definitivo à corrupção universal do corpo político. No máximo, podem retardar o prazo ou restaurar a ordem e a *virtù* quando a corrupção ainda não tiver atingido um grau irreversível.

Para o florentino, a destruição de uma república, assim como o surgimento da liberdade civil, está ligada à administração dos conflitos políticos, os quais nem sempre têm o mesmo efeito em todos os lugares. Por isso, não é viável apontar no pensamento maquiaveliano uma apologia ao caos social, como se todo tipo de conflito e dissensões concorresse para a mesma finalidade. Em *O Príncipe*, Maquiavel alerta que das situações de tumultos não nascem apenas repúblicas, mas também principados e até mesmo a licença, que são prejudiciais à liberdade republicana. Isto é, existem situações em que as dissensões dos humores se dão como fonte de corrupção política e de ruína à liberdade, como, por exemplo:

as inimizades havidas no princípio em Roma entre o povo e os nobres se determinavam disputando, enquanto as de Florença combatendo; as de Roma terminavam com leis, enquanto as de Florença com o exílio e a morte de muitos cidadãos; as de Roma sempre aumentaram a *virtù* militar, enquanto as de Florença a extinguiram totalmente (MAQUIAVEL, 1998, p. 143).

Partindo dessa afirmação, abordamos então duas situações em que, para Maquiavel, os conflitos políticos se dão de forma nociva ao corpo político: a renúncia do humor próprio e a manifestação facciosa dos humores. Ambas as situações não foram incisivas na república de Roma durante os seus três séculos de grandeza, mas em Florença, como reconhece o nosso autor, tais situações se deram de formas cruciais.

A confusão dos humores: a renúncia ao humor próprio e a identificação com o humor oposto

Os escritos de Maquiavel revelam que a confusão dos humores ou a identificação com o humor oposto acontecem na medida em que uma das partes – os grandes ou o povo – renuncia à singularidade política e aos objetivos do seu próprio grupo. Isso pode acontecer tanto em meio aos grandes quanto em meio ao povo. O trecho seguinte da *História de Florença* faz alusão a uma situação em que isso aconteceu com os grandes:

Em Florença, quando saía vencedor o povo, ficavam os nobres despojados de magistrados; e querendo readmiti-los, era necessário que eles com os governos, com o ânimo e com o modo de viver, não só fossem semelhantes ao povo, mas também parecessem [...]. Com isso, aquela virtude em armas e generosidade de ânimo que existia na nobreza se extinguiu, e no povo, onde não existia, não podia se reacender; assim, Florença sempre mais humilde e mais abjeta se tornou. (MAQUIAVEL, 2007b, p. 186).

Apesar da confusão dos humores poder ocorrer entre os dois lados, não é natural que os grandes se identifiquem com a forma desmedida do desejo de liberdade do povo, como mostra a citação sobre o que ocorreu em Florença. No máximo, os grandes podem ser forçados a imitar o desejo do povo. Já o povo pode naturalmente assumir o humor dos grandes, pois, para isso, basta-lhe obedecer ao desejo universal da condição humana: busca por honrarias, riquezas e poder. Ou seja, é mais fácil o povo ser como os grandes do que o contrário. Quando faltam boas leis, bons ordenamentos, *virtù* e bons costumes entre os cidadãos, o que resulta disso é confusão dos humores. É bem mais provável que o povo, ao invés de oferecer resistência à universalização do humor dos grandes, acabe abrindo mão do seu humor próprio e se identifique com o humor contrário, cuja expressão extrema consiste na dominação e opressão. Foi isso que ocorreu em Florença e que também marcou a decadência da república romana, como mostra Maquiavel:

Inspira este comentário o comportamento do povo romano ao criar a instituição dos tribunos para se opor às pretensões da nobreza. Mal esta medida (que respondia a uma necessidade efetiva) foi concedida, o povo recomeçou o combate à nobreza, almejando partilhar suas riquezas e honrarias – os dois bens mais cobiçados. Daí as dissensões que, como uma epidemia, invadiram a cidade por ocasião da lei agrária e que, finalmente, levaram a república à ruína (1994, p. 121).

Quando surge a confusão dos humores em uma cidade ou a renúncia ao humor próprio, não se tem com isso o fim dos conflitos. Porém, o que acontece é a substituição dos conflitos positivos por conflitos nocivos, onde um grupo não se torna rival do outro porque busca consumir o interesse que lhe é próprio e distinto do interesse do grupo oposto. Nesses casos, eles são rivais porque buscam consumir os mesmos interesses, desejam os mesmos fins que, em princípio, deveriam ser alheios a um dos grupos envolvidos na demanda. Quando este tipo de situação se instala em um corpo político, surgem as facções, ou seja, as divisões em que cada grupo que surge visa apenas seus interesses particulares em detrimento do bem comum.

A manifestação facciosa dos humores

Maquiavel indica, nos *Discursos*, que nem todas as disputas e dissensões podem ser consideradas positivas a uma república. Existem aquelas que não são manifestas publicamente por meios ordinários e que, por isso, geram conflitos facciosos, os quais, ao contrário de levar a república à grandeza, **produzem a sua ruína**, como ilustra a citação seguinte:

se for governada por uma república, não há melhor modo de tornar maus os teus cidadãos e de dividir a tua cidade do que ter a posse de (...) uma cidade dividida; porque cada parte procurará obter favores, e cada uma

delas angariará amigos com vários tipos de corrupção, de modo que disso provirão dois grandes inconvenientes; um é que eles nunca serão teus amigos, visto que não os podes bem governar, porque o governo variará com frequência, ora com um humor, ora com outro; o segundo inconveniente é que o favorecimento de partidos mantém necessariamente a tua república dividida (MAQUIAVEL, 2007a, p. 404-405).

Diante desta afirmação do autor, pode-se entender que o interesse faccioso é aquele que, individual ou não, é sempre particular, ligado a uma pessoa ou grupo minoritário, extravasado de forma extraordinária e que provoca na comunidade política uma separação ou cisão referente ao bem comum.

Numa república desordenada e facciosa, as instâncias governamentais não são utilizadas para o bem da coletividade política, mas para atender aos interesses particulares daqueles que ocupam seus cargos ou de grupos favorecidos. Esse tipo de situação torna-se uma fonte geradora de corrupção, propiciando a dominação e o suborno de uns em relação aos outros no interior do corpo político, corroendo as bases da liberdade republicana e ensejando a sua destruição. Assim,, o secretário florentino realça a importância de observar em uma república as vias a partir das quais os homens buscam se destacar e construir a sua reputação:

E quem quiser regular tais coisas precisa ordenar tudo de tal modo que os cidadãos sejam bem reputados, que sua reputação seja útil, e não nociva, à cidade e à liberdade desta. Por isso, é preciso examinar os modos como eles ganham reputação; e esses modos são dois: públicos ou privados. No modo público, o cidadão, aconselhando bem e agindo melhor em prol do bem comum, granjeia reputação (...) as vidas privadas consistem em fazer benefícios a este e àquele emprestar-lhe dinheiro, casar suas filhas, defendê-lo dos magistrados, prestando favores privados semelhantes, que fazem partidários e estimulam os que são favorecidos a corromper o público e enfraquecer as leis. A república bem ordenada deve, portanto, abrir caminhos, como dissemos, a quem busca favores por vias públicas e fechá-los a quem os busca por vias privadas, como fez Roma (MAQUIAVEL, 2007a, p. 406-407).

Nas repúblicas facciosas, além de ser muito comum os cidadãos buscarem se destacar e realizar seus desejos pelo modo privado, igualmente é comum a tais cidadãos tentar resolver os conflitos que surgem no corpo político, a partir de expedientes privados, os quais são nocivos à liberdade republicana. Dentre estes expedientes, Maquiavel dá destaque, nos *Discursos*, para as calúnias, que o autor opõe às acusações públicas:

a calúnia deve ser detestada, nas cidades que vivem sob o império da liberdade – e como é importante criar instituições capazes de reprimi-la. Para isto, o melhor meio é abrir caminhos às denúncias. Quanto mais estas denúncias são propícias à república, mais a calúnias se tornam injuriosas. É preciso atentar para o fato de que a calúnia dispensa testemunhos e provas: qualquer um pode ser caluniado por qualquer um (...). A calúnia é mais empregada sobretudo nos Estados onde a acusação é menos habitual, e cujas instituições não se harmonizam com este sistema (...). A calúnia, de fato, irrita os homens e não os corrige; os que se irritam só pensam em seguir seu caminho, porque detestam as calúnias mais do que a temem (...). A calúnia foi sempre um dos meios utilizados pelos ambiciosos para chegar à grandeza, e não dos menos eficazes (1994, p. 45-46).

Tanto o caráter particularista dos interesses facciosos quanto o caráter privado das calúnias podem gerar no indivíduo que se orienta politicamente por eles, além de uma falta de compromisso com o bem comum, também uma perda de identificação com o humor próprio do seu grupo. Tal situação tem sempre uma reverberação negativa no corpo político, pois pode torná-lo dividido internamente e externamente vulnerável a possíveis ataques, deixando-o incapaz de expandir seus limites territoriais. Sendo assim, como os conflitos políticos são inevitáveis, de acordo com a perspectiva maquiaveliana, não é recomendável aos governantes de uma república ignorá-los ou tentar erradicá-los, mas devem engendrar bons ordenamentos para acolher e administrar tais conflitos no sentido de fazê-los convergir à grandeza da república, contribuindo com a

manutenção interna da liberdade e propiciando a expansão territorial quando conveniente. Além do aspecto institucional, também se faz relevante que os cidadãos sejam dotados de *virtù* política, bem como dos bons costumes.

A virtù e os bons costumes do cidadão

Ao comparar a grandeza da república de Roma e as ruínas da república de Florença, Michael Senellart afirma que a diferença entre ambas não depende somente de suas respectivas instituições – as de Roma sendo mais perfeitas que as de Florença –, mas também está ligada à *virtù* dos seus cidadãos, ou seja, ao modo como eles se comportavam no poder.

Enquanto em Roma o povo queria estar no governo juntamente com os grandes – não para usurpar o poder e oprimir, mas para impedir a dominação dos grandes e defender a liberdade –, em Florença o povo queria governar sozinho. Assim, afirma Senellart: “o mal florentino vinha de que o desejo negativo do povo de não ser dominado transformou-se em desejo positivo de dominar” (1996, p. 117-133). Em Roma, durante os seus tempos de grandeza republicana, o povo não usurpou o poder como aconteceu em Florença, porque tinha o bem comum acima dos seus interesses particulares. Isso enseja o entendimento de que a positividade dos conflitos dentro de um corpo político está ligada não somente aos mecanismos institucionais, mas depende muito da *virtù* e dos bons costumes⁹ dos seus cidadãos. Não bastam boas leis e ordenamentos, também se faz necessária a estabilidade política sustentada pelos bons costumes, como

⁹ A expressão “bons costumes” empregada neste texto não possui um sentido moral, ainda que este não possa ser totalmente descartado. O sentido primordial deve ser compreendido numa perspectiva política, significando, portanto, espírito de civismo, de amor e dedicação à pátria e ao bem comum acima dos interesses privados. Todos esses sentimentos devem ser traduzidos em ações para se tornarem, de fato, bons costumes.

Maquiavel afirma: “Assim como os bons costumes precisam de leis para manter-se, também as leis, para serem observadas, precisam de bons costumes” (2007a, p. 72). A falta de *virtù* e de bons costumes faz com que os conflitos políticos que surgem, ao invés de resultarem em coisas boas, concorram para a ruína da república. Todavia, como já argumentamos, a *virtù* e os bons costumes dos cidadãos fazem com que os conflitos, além de convergirem com a estabilidade interna de uma república, também contribuam com a sua expansão territorial quando for necessária e/ou conveniente. Mas de que maneira os conflitos podem levar a esse resultado?

Conflitos políticos e o expansionismo

Dentre as abordagens positivas feitas por Maquiavel sobre os tumultos surgidos em Roma e a maneira pela qual eles foram tratados, serão analisadas agora aquelas que indicam haver uma relação entre os conflitos de humores e a expansão territorial enquanto constitutivos da grandeza de uma república. O filósofo florentino menciona, nos *Discursos*, dois objetivos para quem quiser fundar uma nova república, sendo que um é ilustrado como o modelo de Roma e outro, com o de Esparta e Veneza: “Assim, se alguém quiser fundar uma nova república, deverá decidir se o seu objetivo é como o de Roma, aumentar o império e o seu poder, ou, ao contrário, mantê-los dentro dos justos limites” (MAQUIAVEL, 1994, p. 39).

República ao modelo de Roma

Os que querem fundar uma república a exemplo dos romanos devem considerar a ideia de que uma república que pretende ser grande e manter a sua

liberdade, precisa também almejar a expansão do seu poderio por meio de conquistas, o que implica, internamente, ter um corpo político permeado por conflitos e discórdias. Essa ideia é sugerida no trecho seguinte: “no primeiro caso, seria preciso organizá-la como Roma, deixando as desordens e dissensões gerais seguirem seu curso da maneira que pareça menos perigosa; sem uma população importante, bem armada, nenhuma república poderá jamais crescer” (MAQUIAVEL, 1994, p. 39)

Essa passagem indica que a grandeza de uma república também está associada à sua capacidade para expandir o seu território quando conveniente, e para que isso ocorra, é necessário um exército numeroso com a participação popular. A expansão romana, como sugere Maquiavel, só foi possível porque naquela república um grande número de pessoas integrou o exército. Ao comentar esse assunto, Maurizio Ricciardi afirma que “a peculiaridade de Roma consiste no fato de ter tido como fundamento um cidadão armado, disposto a combater, não só para defender, mas também para lhe aumentar a potência” (2005, p. 44).

Por um lado, de acordo com o pensamento de Maquiavel, a participação popular no exército possibilita que os cidadãos desenvolvam virtudes essenciais à vida política, como a coragem, o amor à pátria e o interesse pelo bem comum. Tais virtudes impelem as comunidades políticas a se tornarem mais coesas e capazes de sobreviver às dissensões internas, bem como a se expandirem territorialmente quando necessário. Como afirma Ames: “a educação para a vida militar forma no fim das contas o bom cidadão: renúncia ao interesse próprio em favor do público, espírito de sacrifício, inclusive de morrer se necessário, cultivo de uma vida simples e sem luxo, sem ócio e costumes corrompidos” (2008, p. 149).

Por outro lado, essa mesma abordagem do florentino acerca da participação popular no exército suscita a necessidade de pensar a questão dos conflitos políticos que surgem no interior da república. Nesse contexto, Abreu afirma, “*Para ter esse exército numeroso, com o povo integrado à política, torna-se necessário enfrentar os conflitos que envolvem os interesses do povo e os demais existentes no interior da república*” (2013, p. 78). Seguindo ideias como estas, pode-se entender que o êxito da integração popular ao exército, da manutenção interna e da expansão territorial de uma república, é devedor da maneira com que tal república encara e regula os seus conflitos de humores políticos. Porque sendo os tumultos fatos inevitáveis em uma república, quando eles são bem assimilados e ordenados, tornam-se elementos viáveis à formação de um povo guerreiro, participativo e combativo, oferecendo combustível à engrenagem da guerra e à tendência da república à grandeza. Como afirma Maquiavel:

se a república romana tivesse sido mais pacífica, o resultado teria sido inconveniente: sua debilidade teria aumentado, e ela talvez ficasse impossibilitada de trilhar os caminhos da grandeza que mais tarde seguiu. De modo que, se os romanos tivessem querido preservar-se dos tumultos, deixariam de ter todos os meios para desenvolver-se (1994, p. 38).

Ainda nesse contexto, o autor florentino defende que as repúblicas criem treinamentos permanentes para a guerra, em função dos efeitos positivos tanto para o exército quanto para a vida civil. Pois quem não está acostumado a embates se torna vulnerável diante da necessidade de enfrentar o inimigo:

Embora já tenha dito, em outra parte, que a boa organização militar é fundamento de todos os Estados, e que sem elas não pode haver boas leis, ou instituições adequadas, creio necessário repeti-lo. De fato, tal necessidade surge a cada passo no desenvolvimento da história. Vemos, por exemplo, que a arte militar não se pode desenvolver se não é praticada continuamente; e que não é possível praticá-la a não ser com os próprios súditos, porque nem sempre se está em guerra. É preciso, portanto,

exercitar o exército nos tempos de paz; e se este exército não foi composto por nacionais do país, isto será difícil por causa do custo (MAQUIAVEL, 1994, p. 395).

De fato, a virtude militar e a capacidade de expansão são elementos constitutivos da grandeza de uma república, e Maquiavel os identificou em Roma. Contudo, a efetivação desses dois elementos em uma república requer a consideração e a administração das dissensões políticas que surgem no âmbito coletivo, como já foi argumentado. Do contrário, a república pode ter um ou dois elementos comprometidos, como foi o caso de Esparta.

República ao modelo de Esparta e Veneza

Na contrapartida do modelo romano, Maquiavel apresenta Esparta e Veneza como outros modelos para quem quiser fundar uma república. Ele assinala que essas duas repúblicas não tinham como objetivo crescer e expandir-se. Portanto, preservavam seu caráter aristocrático e desenvolviam sua vida política sem se preocupar com a inclusão de muitos cidadãos e com sua incorporação a um exército numeroso. Tais ideias podem ser atestadas no trecho seguinte:

No segundo caso pode-se imitar a constituição de Esparta ou de Veneza. Contudo, como para as repúblicas deste tipo a sede de crescimento é um veneno, o fundador do novo Estado deverá proibir as conquistas com todos os meios ao seu alcance. Toda conquista de um Estado fraco termina por arruiná-lo: Esparta e Veneza são exemplos muito claros. Esparta, após ter conquistado quase toda a Grécia, demonstrou, no primeiro revés, a fraqueza dos fundamentos do seu poder; depois da revolta de Tebas provocada por Pelópidas, as outras cidades se levantaram, derrubando aquela república. Veneza também se tinha apossado de uma grande parte da Itália, antes pela sua riqueza e política do que pelas armas. Quando quis prová-las, perdeu, num só combate, todos os Estados que possuía

(MAQUIAVEL, 1994, p. 39).

Conforme esse argumento do autor florentino, para aqueles que pretendem fundar uma república conforme o modelo de Esparta e Veneza, a expansão territorial não lhes parece uma coisa viável, por isso são propensos apenas a manter a unidade e a concórdia dentro dos seus estreitos limites. Para Maquiavel, isso pode até ser conseguido por certo tempo, como Esparta e Veneza fizeram. Porém, não há nada de permanente entre os mortais, mas, ao contrário, as coisas sempre podem melhorar ou piorar. De modo que a república que não está acostumada a conflitos e embates torna-se mais vulnerável em suas conquistas e também diante dos seus possíveis agressores, bem como mais exposta às variações da fortuna¹⁰.

Devido a não haver equilíbrio político permanente entre os homens, Maquiavel deixa transparecer nos *Discursos* que Roma foi o melhor modelo de república a ser imitado. Afinal, como é mais provável que as coisas estejam sempre em movimento, em termos de territorialidade torna-se mais prudente a uma república permanecer em constante preparação para se expandir quando for necessário, como foi o caso de Roma, em vez de se manter presa a seus limites, como foram os casos de Esparta e Veneza. Isso justifica a necessidade de não ignorar ou suprimir os tumultos, e sim de compreendê-los e administrá-los adequadamente.

Considerações finais

A partir do que foi argumentado acerca do desafio de entender a relação que existe entre as dissensões de humores e a grandeza de uma república, sendo

¹⁰ Conjunto de forças, circunstâncias e acontecimentos que afetam positiva ou negativamente a vida humana.

que tal grandeza se assenta na liberdade civil e na expansão territorial, pode-se concluir que os conflitos políticos não são irrelevantes dentro de uma república e nem são, por si mesmos, a causa da grandeza política de tal república. Porém, são situações típicas da convivência política que, quando tratadas adequadamente por uma república, podem contribuir com a manutenção da sua liberdade civil e com o seu projeto de expansão territorial, culminando na sua grandeza, como foi o caso de Roma. Por outro lado, uma república que ignora ou tenta suprimir os seus conflitos políticos, mesmo conservando a sua liberdade e seu corpo político unido por algum tempo, torna-se vulnerável internamente e suscetível à ruína diante dos possíveis ataques externos. Tais foram os casos de Veneza e Esparta exemplificados por Maquiavel.

Uma compreensão conclusiva que se pode extrair da perspectiva maquiaveliana é a de que o secretário florentino não concebia a política como um campo que deveria ser sempre ordeiro e que não comportasse a desordem. Ele teve a perspicácia de ressaltar o lugar que o conflito ocupa na experiência política, compreendendo que a vida política não se restringe a um exercício dialógico da razão feito em meio a uma praça pública, mas que nasce do embate de polos contrários, do conflito de desejos opostos que precisam ser bem gerenciados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. A. *A densidade conflitiva da república nos Discorsi de Maquiavel*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 12, set./dez. 2013.

ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*. Trans/Form/Ação, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 33-52, 2007.

AMES, J. L. *Maquiavel e a educação: A formação do bom cidadão*.

Trans/Form/Ação, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 137-152, 2008..

_____. A lógica do heterogêneo e a liberdade republicana em Maquiavel. In: MARTINS, J. A. (org.). *Republicanism e democracia*. Maringá: Eduem, 2010. p. 35-57.

BIGNOTTO, N. A antropologia negativa de Maquiavel. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 77-100, 2008.

LEFORT, Claude. *As formas da história: Ensaio de antropologia política*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilena de Sousa Chauí. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Bath. 3. ed.. Brasília: Editora da UnB, 1994.

_____. *História de Florença*. Trad. Nelson Canabarro. 2. ed. São Paulo: Musa, 1998.

_____. *O Príncipe*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007(a).

_____. *História de Florença*. Trad. MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007(b).

MCCORMICK, John P. Democracia maquiaveliana: controlando as elites com um populismo feroz. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 12, p. 252-298, set./dez. 2013.

RICCIARDI, M. A República antes do Estado: Nicolau Maquiavel no limiar do discurso político moderno. In: DUSO, G. (org.). *O Poder: História da Filosofia Política Moderna*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 37-51.

SENEILLART, M. La crise de l'idée de concorde chez Machiavel. *Cahiers Philosophiques*. Strasbourg, v. 4, p. 117-133, 1996,.



CORAGEM DA VERDADE E CINISMO A FILOSOFIA DO “CÃO” E O DESFIGURAR A MOEDA

André Luiz dos Santos Paiva¹

RESUMO

No presente artigo discutem-se as relações entre o cinismo antigo e a coragem da verdade. Expõe-se as discussões realizadas por Michel Foucault acerca da coragem da verdade e suas especificidades na filosofia cínica. Posteriormente, discute-se acerca da metáfora do cão na constituição de um modo de vida cínico e a questão da desfiguração da moeda em suas relações com a construção de uma vida outra a partir do cinismo, o que pode apontar para a pertinência dessa corrente de pensamento filosófico na contemporaneidade.

Palavras-chave: Coragem da Verdade; Cinismo; Filosofia do Cão; Modo de Vida; Desfiguração da Moeda

COURAGE OF TRUTH AND CYNICISM THE DOG PHILOSOPHY AND THE DEFACEMENT OF CURRENCY

ABSTRACT

The paper discusses the relationship between cynicism and courage of the truth. It presents Michel Foucault's lectures on The Courage of Truth and its specificities in the Cynical philosophy. Next, it addresses the canine metaphor in the establishment of a Cynic way of life and the issue regarding the defacement of currency in its relations with the creation of a different life based on cynicism, which may point to the relevance of this philosophical school of thought in the contemporaneity.

Keywords: Courage of Truth; Cynicism; Dog Philosophy; Way of Life; Defacement of Currency.

¹Mestrando em Estudos da Mídia UFRN